


## DO CONCURSO À PRÁTICA PROFISSIONAL: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS EXIGIDOS NA SELEÇÃO DE CONTADORES PÚBLICOS

### *FROM PUBLIC EXAMINATION TO PROFESSIONAL PRACTICE: AN ANALYSIS OF THE REQUIRED CONTENT IN THE RECRUITMENT OF PUBLIC-SECTOR ACCOUNTANTS*


#### **PEDRO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

*Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE), Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA), Brasília, DF, Brasil*

 <https://orcid.org/0009-0002-3222-815X>  
[borge.opedro@gmail.com](mailto:borge.opedro@gmail.com)


#### **EDUARDO BONA SAFE DE MATOS**

*Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE), Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA), Brasília, DF, Brasil*

 <https://orcid.org/0000-0001-9548-7664>  
[eduardobona@unb.br](mailto:eduardobona@unb.br)

#### **VITOR HIDEO NASU**

*Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo, SP, Brasil*

 <https://orcid.org/0000-0002-5176-6634>  
[vnasu@usp.br](mailto:vnasu@usp.br)


### **RESUMO**

A pesquisa tem por objetivo analisar os conteúdos programáticos de Contabilidade presentes em concursos públicos destinados a cargos que exigem formação superior em Ciências Contábeis, no período de 2020 a 2024, à luz da Abordagem de Avaliação, de Scriven (1966). Para tanto, foram analisados os conteúdos de Contabilidade exigidos em concursos públicos, buscando identificar as áreas e subáreas contábeis mais frequentemente cobradas pela banca Cebraspe e avaliando sua aderência às competências requeridas do contador público. Foram examinadas 3.001 questões provenientes de 104 provas aplicadas em 65 concursos, classificadas por meio da técnica de análise de conteúdo categorial (Bardin, 2011), utilizando como referência as áreas e subáreas propostas por Oliveira (2002). Os resultados evidenciam predominância das áreas “Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas” (31%) e “Contabilidade Financeira” (28%), com concentração em subáreas relacionadas à mensuração, escrituração, reconhecimento e evidenciação contábil (FIN1 e PUB1), que somam 55% das questões. Observou-se, ainda, alinhamento entre os conteúdos cobrados e as atribuições dos cargos, especialmente em certames

---

Editado em português e inglês. Versão original em português.

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Campus Universitário Darcy Ribeiro, prédio da FACE | Asa Norte | 70910-900 | Brasília/DF | Brasil.

Recebido em 16/11/2025. Última versão recebida em 03/03/2026. Aceito em 16/03/2026 por  Rogério João Lunkes (Editor-Chefe).  
Publicado em 08/05/2026.

Copyright © 2026 RCCC. Todos os direitos reservados. É permitida a citação de parte de artigos sem autorização prévia, desde que identificada a fonte.

que demandam atuação em auditoria, controladoria e gestão fiscal. Apesar desse alinhamento geral, verificou-se baixa incidência de temas essenciais à prática contemporânea, como ética profissional (0,03%) e sistemas de informação governamental (1%), sugerindo lacunas relevantes frente às demandas da gestão pública digital. Os achados contribuem para a compreensão das exigências de ingresso na carreira pública, fornecem subsídios para a preparação de candidatos e oferecem elementos para reflexões curriculares em cursos de Ciências Contábeis. Também ampliam a literatura sobre concursos públicos ao demonstrar correspondência entre conteúdos cobrados e práticas esperadas no cotidiano do contador público.

**Palavras-chave:** Concurso Público, Contador público, Contabilidade Governamental, Conteúdo programático, Análise de Conteúdo.

## ABSTRACT

*The study aims to analyze the accounting syllabus contents included in public service examinations for positions requiring a bachelor's degree in Accounting, covering the period from 2020 to 2024, in light of Scriven's (1966) Evaluation Approach. To this end, accounting topics required in public examinations were examined in order to identify the most frequently assessed accounting areas and subareas by the Cebraspe examination board, as well as to evaluate their alignment with the competencies expected of public accountants. A total of 3,001 questions from 104 exams administered across 65 examination editions were analyzed and classified using categorical content analysis (Bardin, 2011), based on the areas and subareas proposed by Oliveira (2002). The results reveal a predominance of the areas "Public Accounting, Public Budget, and Public Finance" (31%) and "Financial Accounting" (28%), with a concentration in subareas related to measurement, bookkeeping, recognition, and disclosure (FIN1 and PUB1), which together account for 55% of the questions. Furthermore, an alignment was between the content assessed and the responsibilities of the positions, particularly in examinations requiring expertise in auditing, controlling, and fiscal management. Despite this general alignment, a low incidence of topics essential to contemporary practice was identified, such as professional ethics (0.03%) and government information systems (1%), suggesting meaningful gaps regarding the demands of digital public management. The findings contribute to a better understanding of the requirements for entry into public service careers, provide support for candidate preparation, and offer insights for curricular reflection in Accounting programs. They also advance the literature on public service examinations by demonstrating a correspondence between the content assessed and the professional practices expected in the daily work of public accountants.*

**Keywords:** Public Service Examination, Public Accountant, Governmental Accounting, Programmatic Content, Content Analysis.

## 1 INTRODUÇÃO

A formação em Ciências Contábeis proporciona diversas possibilidades de atuação profissional, incluindo cargos como contador, auditor, perito, controller, consultor, professor e servidor público, evidenciando, assim, a versatilidade e a abrangência da formação contábil diante das exigências do mundo do trabalho (Iudicibus et al., 2017; Santos & Almeida, 2018). No conjunto dessas trajetórias possíveis, observa-se uma crescente preferência pela atuação na esfera pública por parte de estudantes e egressos dos cursos de Ciências Contábeis (Ferreira et al., 2020; Magalhães et al., 2022; Panucci-Filho, 2011), destacando a importância do papel do contador público na sociedade (Paula & Bezerra Filho, 2024; Silva Júnior, 2001).

No estudo de Magalhães et al. (2022), por exemplo, 75,7% dos participantes da pesquisa indicaram o interesse na realização de concurso público, firmando-se como a principal área de atuação dentre as investigadas. O concurso público ficou acima de áreas como Contabilidade Geral/Financeira (59,5%) e Fiscal e Tributária (50,7%). Em adição, Krüger et al. (2023) buscaram investigar as razões pelas quais os alunos escolhiam o curso de Ciências Contábeis. Aproximadamente 52% indicaram a opção pelo serviço público (concurso), que só perdeu para uma categoria genérica denominada “Mercado de trabalho (várias opções de atuação)”, com 76%. Ainda, como fatores para ter cursado Ciências Contábeis, Santos et al. (2018) constataram que 146 estudantes indicaram o motivo da ampla gama de opções oferecida pelo mercado de trabalho, seguido de 133 alunos que apontaram o curso de Contabilidade como sendo preparador para concursos públicos, com a expectativa de fazê-los. Estas evidências denotam a relevância do tema tanto para o ingresso no curso de Ciências Contábeis como para o preparo ao longo do curso para finalidades de prestar um concurso público.

Nesta esfera, destaca-se a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), reconhecida como uma ferramenta fundamental para a gestão pública, ao proporcionar informações consistentes e tempestivas que subsidiam a tomada de decisões nos diferentes níveis governamentais (Vega et al., 2015). A CASP também se caracteriza por integrar os registros orçamentários, econômicos, financeiros e patrimoniais das entidades estatais, promovendo a transparência, a *accountability* e a eficiência no uso dos recursos públicos (Nascimento, 2022). Além dessa função específica, o contador pode exercer atividades no setor público em áreas como auditoria, controladoria, custos e perícia, ampliando seu campo de atuação.

No Brasil, o ingresso na carreira pública ocorre, principalmente, por meio do concurso público, mecanismo previsto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal (Brasil, 1988). Essa forma de ingresso visa assegurar a isonomia no acesso às funções estatais, promovendo a seleção de candidatos com a qualificação necessária para o desempenho das atribuições públicas (Motta, 2011).

Diante do modelo de ingresso por concurso público, uma questão relevante diz respeito à compatibilidade entre os conteúdos exigidos nas provas e as atividades efetivamente exercidas pelos profissionais no setor público. Pesquisas apontam uma recorrente desconexão entre o que é cobrado nos exames e as atribuições reais dos cargos públicos (Araujo et al., 2020; Leal et al., 2014; Oliveira et al., 2022). Ademais, observa-se que o grau de complexidade das avaliações tende a ser determinado apenas pela remuneração oferecida, o que pode comprometer a eficácia do processo seletivo e a adequada seleção de profissionais (Araujo et al., 2020).

Ao contrário de estudos que evidenciam o desalinhamento entre provas e funções, Silva et al. (2024) analisaram editais de concursos que exigiam contabilidade, mas não necessariamente formação específica na área, e verificaram uma correspondência entre os conteúdos programáticos e as atribuições dos cargos avaliados. Essa constatação reforça a importância de se compreender a relação entre o conteúdo exigido nos certames e as demandas práticas do cargo, de modo a garantir que o processo seletivo identifique candidatos cujas competências sejam compatíveis às exigências funcionais (Nascimento, 2022; Silva et al., 2024; Vega et al., 2015).

Como arcabouço teórico, pesquisas na área contábil que se dedicam à análise de conteúdos avaliativos têm recorrido a referenciais oriundos do campo educacional e de formação profissional, a exemplo da teoria curricular (Nasu, 2021), da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (Freire et al., 2012) e da literatura sobre competências, habilidades e conhecimentos (Rodrigues & Miranda, 2013). Distintamente destes estudos, mas em consonância com o de Barbosa et al. (2020), a presente investigação propõe avaliar o conteúdo dos concursos públicos à luz da Abordagem de Avaliação de Scriven (1966). Embora essa abordagem seja direcionada primordialmente à avaliação curricular, o próprio autor admite sua aplicabilidade a outras modalidades de avaliação.

Além disso, mesmo que Barbosa et al. (2020) também tenham usado Scriven (1966) como base teórica, o presente estudo se difere desta pesquisa porque usa a perspectiva instrumental-consequencial, em vez da formativa-somativa.

Considerando o interesse de graduandos e egressos em Ciências Contábeis pela inserção na carreira pública (Ferreira et al., 2020; Magalhães et al., 2022; Panucci-Filho, 2011), aliado à escassez de investigações que examinem, de forma sistemática, os conteúdos contábeis requeridos nos certames públicos (Freire et al., 2012; Silva et al., 2024) e a aplicabilidade abrangente da Abordagem de Avaliação de Scriven (1966), bem como à necessidade premente de se elucidar a correspondência entre tais conteúdos e as atribuições inerentes aos cargos ofertados (Nascimento, 2022; Silva et al., 2024; Vega et al., 2015), este estudo tem como objetivo *analisar os conteúdos programáticos de Contabilidade presentes em concursos públicos destinados a cargos que exigem formação superior em Ciências Contábeis, no período de 2020 a 2024, à luz da Abordagem de Avaliação, de Scriven (1966)*.

Para a realização da análise dos conteúdos programáticos, foram selecionadas as provas de Contabilidade oriundas de concursos públicos organizados pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe). A opção pela banca Cebraspe fundamenta-se em sua importância no contexto nacional, evidenciada tanto pela quantidade de certames organizados em comparação a outras instituições avaliadoras quanto pelo reconhecimento da elevada qualidade técnica de suas avaliações (Fontainha et al., 2015; Freire et al., 2012; Silva et al., 2024). Além disso, conforme o subitem 1.1.1 do Edital N. 1 SEMA/AM, de 18 de dezembro de 2025 (SEMA/AM, 2025), é informado que o Cebraspe detém, com exclusividade, o Método Cespe para a condução de avaliações, certificações e processos seletivos, o qual recebe aprimoramento contínuo com base em pesquisas acadêmicas, algoritmos, procedimentos estatísticos e outras técnicas sofisticadas para entregar resultados confiáveis. Por fim, o Cebraspe possui um modelo único de elaboração de questões baseado na Taxonomia de Bloom por meio de assertivas de “Certo/Errado”, sendo este visto como um instrumento moderno de avaliação de conhecimentos (Silva & Pelegrini, 2025).

A análise das questões foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, especificamente na modalidade categorial, conforme os delineamentos metodológicos propostos por Bardin (2011). No plano operacional, a categorização das questões fundamentou-se nas áreas e subáreas das Ciências Contábeis sistematizadas por Oliveira (2002), as quais serviram de referencial teórico-analítico para a classificação e interpretação dos dados.

Os achados da pesquisa evidenciaram que as áreas de maior incidência nos certames analisados foram “Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas” (31%) e “Contabilidade Financeira” (28%). A partir da análise empreendida, constatou-se uma consonância entre os conteúdos programáticos exigidos e as competências inerentes ao exercício da função do contador no âmbito público.

O caráter distintivo desta investigação reside na abordagem adotada para a análise das questões de Contabilidade em concursos públicos, a qual se fundamenta na classificação das áreas e subáreas contábeis proposta por Oliveira (2002). Tal perspectiva se sobressai por sua abrangência e por refletir as especificidades da produção científica nacional em Ciências Contábeis. Ao adotar esse referencial, o presente estudo amplia os horizontes analíticos em relação a trabalhos anteriores, os quais se direcionaram à análise de questões exclusivamente voltadas à CASP (Freire et al., 2012) ou à identificação dos conteúdos mais recorrentes nos concursos para o cargo de contador em 2011 e 2012, com base na Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis de elaboração pelo CFC (Rodrigues & Miranda, 2013).

Esta pesquisa oferece três principais contribuições. A primeira, de teor acadêmico, consiste em subsidiar Instituições de Ensino Superior ao disponibilizar evidências e argumentos que apoiem reflexões curriculares mais alinhadas às exigências do setor público (Cavalcante et al.,

2011; Rodrigues & Miranda, 2013). Em particular, ao explicitar e discutir conteúdos e formatos de avaliação recorrentes em concursos públicos, o estudo contribui para que cursos e programas revisitem suas matrizes curriculares, identifiquem lacunas formativas e promovam ajustes pedagógicos orientados por demandas concretas do serviço público. Ainda, ao aproximar a formação universitária das expectativas institucionais associadas a concursos e seleções, a pesquisa favorece o debate sobre coerência entre objetivos de aprendizagem, conteúdos ministrados e resultados esperados por meio do desenvolvimento de competências. Isto fortalece o vínculo entre a formação acadêmica, as exigências profissionais e o desenvolvimento da área (Souza et al., 2013). Em complementação, gestores de cursos preparatórios podem se beneficiar desta pesquisa ao compreender melhor a estrutura temática das provas dos concursos.

A segunda contribuição é de natureza científica e refere-se à organização sistemática do conteúdo dos certames públicos da área contábil à luz da abordagem proposta por Oliveira (2002). Ao empregar esse referencial como eixo estruturante, o estudo confere maior rigor teórico à classificação dos tópicos cobrados, permitindo uma leitura mais analítica e menos ad hoc da composição dos editais e das provas. As áreas e subáreas delineadas com base em Oliveira (2002) constituem, assim, uma matriz conceitual passível de reaplicação em investigações futuras no âmbito do setor público, favorecendo a comparabilidade entre estudos, a replicabilidade metodológica e a padronização de procedimentos de categorização. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o avanço do conhecimento ao oferecer um arcabouço teórico-operacional que pode ser utilizado em diferentes contextos empíricos, especialmente no que se refere à sistematização e à análise de temas contábeis recorrentes em processos seletivos e concursos públicos.

A terceira contribuição é de cunho social e diz respeito ao apoio oferecido a estudantes, egressos e profissionais da área contábil em sua preparação para certames públicos. Considerando que pesquisas anteriores evidenciam um elevado interesse dos discentes de Ciências Contábeis em ingressar no serviço público por meio de concursos (Magalhães et al., 2022; Krüger et al., 2023; Santos et al., 2018), o estudo adquire relevância social ao fornecer informações sistematizadas sobre os conteúdos mais recorrentes e os eixos temáticos predominantes. Ao reduzir assimetrias informacionais – para as provas da Banca Cebraspe – entre os candidatos e fornecer subsídios para orientar estratégias de estudo mais focalizadas, a pesquisa contribui para tornar o processo de preparação mais eficiente, especialmente para candidatos com menor acesso a cursos preparatórios ou materiais especializados. Nesse sentido, o trabalho também possui valor social ao prover informação qualificada, ampliando as oportunidades de inserção profissional no setor público.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Abordagem Avaliativa de Scriven (1966)

Embora múltiplos autores tenham aportado contribuições relevantes às teorias de avaliação no campo educacional, o presente estudo adota a Abordagem Avaliativa de Scriven (1966), uma vez que sua aplicabilidade extrapola o contexto estritamente educacional. O próprio autor afirma que, embora o foco principal de sua análise recaia sobre a avaliação curricular, “quase todos os pontos discutidos transferem-se imediatamente para outros tipos de avaliação” (Scriven, 1966, p. 1), o que indica o caráter geral e não restritivo de seu modelo conceitual.

Scriven (1966) distingue entre os objetivos da avaliação (*goals of evaluation*) – que consistem em responder a questões como “quão bem este instrumento funciona?”, “ele é melhor do que alternativas disponíveis?” e “seu uso é justificável em termos de custos e benefícios?” – e os papéis da avaliação (*roles of evaluation*), que variam conforme o contexto institucional em que a avaliação é empregada. Essa distinção é central para legitimar a aplicação de seu referencial a contextos não escolares, como concursos públicos, uma vez que os objetivos avaliativos permanecem os mesmos (testar o conhecimento), ainda que o papel institucional da avaliação seja distinto.

Complementarmente, uma tipologia relevante apresentada por Scriven (1966) refere-se à distinção entre avaliação instrumental e avaliação consequencial. A avaliação instrumental concentra-se nas características internas do objeto avaliado, examinando aspectos como conteúdo, estrutura, coerência, critérios adotados e adequação aos objetivos propostos. Em contraste, a avaliação consequencial volta-se aos efeitos produzidos pelo instrumento, analisando os resultados e impactos decorrentes de sua aplicação, independentemente de suas intenções declaradas. Scriven (1966) argumenta que nenhuma dessas abordagens, isoladamente, é suficiente para um julgamento adequado, defendendo a combinação de critérios instrumentais e consequenciais para a produção de avaliações mais completas e fundamentadas. Essa tipologia reforça a concepção da avaliação como um processo abrangente de julgamento de mérito e valor, aplicável a diferentes contextos e objetos avaliativos.

Nesse sentido, os conteúdos dos concursos públicos podem ser compreendidos como “instrumentos avaliativos” passíveis de julgamento quanto ao seu mérito, valor e utilidade, conforme os termos propostos por Scriven (1966). De modo análogo ao que ocorre na avaliação de currículo, a análise dos certames pode contemplar tanto uma avaliação de natureza instrumental – orientada às características internas do conteúdo, como sua abrangência temática, coerência e alinhamento com objetivos profissionais – quanto uma avaliação de caráter consequencial, voltada aos efeitos e às repercussões desse conteúdo sobre os candidatos e sobre o próprio processo seletivo. Embora Scriven (1966) destaque que a combinação dessas abordagens seja desejável para a realização de avaliações mais abrangentes e consistentes, o presente estudo concentra-se na avaliação instrumental, ao sustentar a relevância analítica do exame sistemático dos conteúdos das provas de concursos públicos.

Ainda assim, uma forma indireta de avaliação de natureza consequencial é realizada ao se discutirem os resultados e as contribuições do presente estudo para estudantes, egressos e profissionais da área contábil, bem como para instituições de ensino e gestores de cursos preparatórios para concursos públicos, os quais podem se beneficiar dos achados apresentados. Isso ocorre porque, embora a análise empírica se concentre primordialmente nas características internas do conteúdo exigido – isto é, em uma avaliação de caráter instrumental –, a interpretação dos resultados envolve, naturalmente, a consideração de efeitos potenciais decorrentes da divulgação e do uso dessas evidências por diferentes públicos.

Por fim, Scriven (1966), ao tratar da avaliação mediada por objetivos (*goal-mediated evaluation*), destaca a importância de examinar a correspondência entre três elementos centrais: os objetivos pretendidos, o conteúdo efetivamente incorporado ao instrumento avaliativo e os critérios utilizados para aferir seu desempenho. Scriven (1966) argumenta que uma avaliação rigorosa requer atenção à consistência interna entre esses componentes, de modo a evitar discrepâncias entre objetivos declarados, objetivos implícitos e aquilo que é, efetivamente, avaliado.

Essa preocupação metodológica reforça a pertinência da avaliação instrumental no contexto desta pesquisa, uma vez que a análise sistemática do conteúdo das provas permite identificar o grau de alinhamento entre os conhecimentos exigidos nos concursos públicos e as finalidades profissionais subjacentes aos cargos avaliados. Assim, ainda que o presente estudo não opere diretamente com a mensuração do alcance de objetivos específicos, ele se insere na lógica proposta por Scriven (1966) ao contribuir para a verificação da coerência e da adequação interna do instrumento avaliativo, condição necessária para julgamentos de mérito e utilidade.

## 2.2 O Contador Público e o Papel da Contabilidade no Setor Público

Os profissionais da CASP exercem função estratégica na consolidação de uma administração pública pautada pela responsabilidade e pelo rigor na gestão dos recursos estatais, configurando-se como agentes transformadores nas práticas administrativas das entidades governamentais. Sua atuação ultrapassa os limites da execução técnica de procedimentos contábeis, assumindo um papel proeminente na promoção da transparência, da *accountability* e da eficiência na alocação e no controle dos recursos públicos, elementos imprescindíveis à boa governança no setor público (Pedrosa et al., 2024; Silva Júnior, 2001).

Para além da garantia da conformidade legal, os contadores públicos assumem a incumbência de interpretar e disponibilizar informações estratégicas, fundamentais à tomada de decisões gerenciais, extrapolando a mera apresentação de resultados (Costa & Souza, 2018). A dimensão analítica de sua atuação é indispensável, pois assegura que as deliberações estejam alicerçadas em dados acurados e pertinentes, em consonância com os objetivos da CASP, cujo propósito central consiste em oferecer subsídios informacionais robustos para uma gestão caracterizada pela eficiência, transparência e orientada ao interesse público no trato dos recursos estatais.

A relevância do contador público manifesta-se de forma direta na prestação de contas e no controle da gestão fiscal, sendo este um profissional estratégico para assegurar a adequada responsabilização dos gestores perante a sociedade (Costa & Souza, 2018). Sua atuação é amplamente reconhecida, não apenas por órgãos de controle, mas por diversos atores da administração pública, dada sua elevada complexidade técnica e domínio especializado (Franco & Nascimento, 2011). Tal reconhecimento reafirma a vinculação da contabilidade com sua função social, ressaltando sua importância na promoção da *accountability* e na consolidação da transparência nas ações governamentais. Por isso, o profissional da contabilidade no setor público deve ter um perfil diverso de competências e habilidades (Silva Júnior, 2001).

O contador dispõe de múltiplas possibilidades de inserção em instituições públicas, podendo exercer funções como contador público, fiscal de tributos, oficial contador ou integrante de tribunais de contas. Para os bacharéis em Ciências Contábeis, as oportunidades se estendem a áreas especializadas como controle interno, auditoria governamental e fiscalização tributária e orçamentária (Paula & Bezerra Filho, 2024). Dentre os cargos mais recorrentes, destacam-se analista contábil, auditor fiscal, auditor interno, perito contábil e analista de controle, com atuação distribuída nas distintas esferas da administração pública – federal, estadual e municipal – evidenciando a amplitude e a importância da profissão no setor público.

A CASP é pertinente para a administração dos órgãos estatais, configurando-se como uma das expressões mais concretas da atuação do profissional contábil na esfera pública (Costa & Souza, 2018). Sua função abrange o estudo, o controle, o registro, a interpretação e a orientação dos atos administrativos. Para além da demonstração da aplicação dos recursos públicos, a CASP fornece informações cruciais que subsidiam o processo decisório no âmbito do Poder Público (Silva et al., 2019), fortalecendo o controle e a transparência na gestão.

Nesse sentido, a CASP constitui-se como uma das funções centrais do profissional contábil na esfera governamental. Entre seus objetivos, destacam-se o monitoramento do patrimônio público e de suas variações, bem como a gestão orçamentária e a execução das despesas e receitas (Nascimento, 2022). Considerando esse escopo, os mecanismos de controle contábil tornam-se instrumentos essenciais para fomentar a eficiência e a eficácia na administração do erário público a fim de assegurar uma adequada gestão financeira, econômica e patrimonial (Nascimento, 2022).

Ademais, a CASP, ao captar e processar informações oriundas de fontes internas e externas, assume a incumbência de cumprir sua função social (*accountability*), promovendo a comunicação com a sociedade e evidenciando os impactos das decisões administrativas no sistema global (disclosure) (Souza et al., 2013). Nesse cenário, a CASP opera como um repositório estratégico de

dados, fornecendo subsídios cruciais à tomada de decisão, ao controle institucional e à transparência, contribuindo para a sustentabilidade do Estado. O contador público, assim, desempenha papel relevante desde a geração da informação até a sua análise e utilização para formulação de políticas públicas.

Essa concepção harmoniza-se com os preceitos da Lei n.º 12.527/2011 (Brasil, 2011), a qual impõe ao Estado o dever de assegurar o acesso à informação de maneira transparente, compreensível e em linguagem acessível. Nesse contexto, a CASP transcende a função técnica de registro, ao atuar como instrumento de promoção da transparência e da *accountability*, ao mesmo tempo em que potencializa a participação cidadã no controle social, possibilitando que a sociedade exerça seu direito de fiscalização sobre os atos administrativos e a condução da gestão pública.

### 2.3 Conteúdos de Concursos Públicos

Os conteúdos programáticos previstos nos concursos públicos correspondem ao conjunto de conhecimentos que serão objeto de avaliação (Donatangelo & Santos, 2018). Tais conteúdos são descritos em seção específica dos editais, em que se elencam os temas, disciplinas e tópicos a serem exigidos nas provas tomando como base as habilidades necessárias para cada cargo.

As bancas examinadoras exercem função central, pois são responsáveis pela elaboração dos instrumentos avaliativos, conforme os parâmetros definidos pela instituição promotora do concurso. Cada banca apresenta um perfil, com estilos próprios e relativamente padronizados de formulação de questões (Araujo et al., 2020; Macêdo et al., 2016; Silva et al., 2024).

A luz desse panorama, estudos têm sido conduzidos com o intuito de analisar os conteúdos programáticos exigidos em concursos públicos, tanto no campo da Contabilidade (Freire et al., 2012; Silva et al., 2024) quanto em outras áreas do conhecimento (Donatangelo & Santos, 2018). Além do mapeamento temático das questões, investigações também têm se debruçado sobre a correspondência entre as exigências dos certames e as atribuições efetivas dos cargos a serem ocupados (Leal et al., 2014; Silva et al., 2024), bem como sobre a qualidade geral dos processos seletivos (Macêdo et al., 2016; Oliveira et al., 2022).

Especificamente na área contábil, Silva et al. (2024) empreenderam uma investigação voltada à identificação, classificação e análise dos conteúdos programáticos de Ciências Contábeis exigidos em concursos públicos federais e estaduais que não exigiam formação específica nesta área. O estudo concentrou-se em certames organizados pela banca Cespe/Cebraspe de 2013 a 2022. Os achados revelaram que os conteúdos mais recorrentes, mesmo para candidatos sem graduação em Contabilidade, pertenciam majoritariamente às áreas de Contabilidade Pública, Orçamento e Finanças Públicas (29%) e Contabilidade Financeira (28%), seguidas por Auditoria (17%), Teoria da Contabilidade (11%), Contabilidade Gerencial (9%) e Contabilidade de Custos (6%).

Silva et al. (2024) destacam a importância de determinados conteúdos de contabilidade na formação dos candidatos a cargos públicos, argumentando que, embora não detenham formação específica em Ciências Contábeis, devem demonstrar domínio de conteúdos relacionados à gestão e ao controle dos recursos e do patrimônio público. Os autores sustentam, ainda, que os conteúdos exigidos nos certames apresentam coerência com as exigências práticas do exercício profissional no setor público, evidenciando uma articulação entre o conhecimento contábil requerido e as atribuições funcionais, independentemente da formação acadêmica específica em Contabilidade.

De maneira mais específica, Freire et al. (2012) buscaram identificar os conteúdos de maior incidência na disciplina de Contabilidade Pública em concursos públicos realizados de 2003 a 2009 pelo Cespe, especificamente voltados a cargos que exigiam formação superior em Ciências Contábeis. A pesquisa promoveu a categorização das questões em subgrupos temáticos, perfazendo uma associação com a proposta de conteúdo curricular delineada pelo CFC. Os resultados evidenciaram predominância de itens vinculados ao Patrimônio Público (21,66%),

abrangendo conceitos, classificações e fases da Receita e Despesa Pública, seguidos por conteúdos de Orçamento Público (21,09%), reforçando sua centralidade nas avaliações para contadores.

Em adição, Freire et al. (2012) concluíram que, à época, a proposta curricular delineada pelo CFC contemplava, de forma abrangente e eficaz, os conteúdos relativos à disciplina de Contabilidade Pública, extrapolando, inclusive, as matérias usualmente exigidas nos certames. Isto indica que a referida ementa pode funcionar como referência normativa para os cursos de Ciências Contábeis, ao oferecer uma visão abrangente da área (Freire et al., 2012).

Ainda no âmbito da análise dos conteúdos programáticos de Contabilidade exigidos em concursos públicos, Rodrigues e Miranda (2013) investigaram a incidência dos tópicos de natureza profissional constantes na proposta curricular do CFC mais frequentemente cobrados em certames destinados ao cargo de contador. O estudo abarcou 34 provas aplicadas em 2011 e 2012 por distintas bancas, totalizando 1.005 questões. Os achados indicaram predomínio dos temas Gestão de Finanças Públicas e CASP, que representaram 40% do total. Observou-se, contudo, uma expressiva assimetria entre essa representatividade e a carga horária destinada à Contabilidade Pública no currículo do CFC (90 horas), revelando um desalinhamento entre a formação acadêmica proposta e as exigências dos concursos.

Em síntese, a discussão em torno dos conteúdos programáticos exigidos em concursos públicos na área contábil revela uma lacuna e falta de consenso. De um lado, Freire et al. (2012) argumentam que a proposta curricular do CFC da época contempla, de forma abrangente, os conteúdos relativos à CASP, ultrapassando inclusive o escopo das exigências dos certames. Por outro lado, Rodrigues e Miranda (2013) evidenciam uma dissonância entre a carga horária atribuída à disciplina no currículo do CFC e sua expressiva presença de 40% nas provas. Embora haja tal diferença, em ambas as pesquisas, assim como em Silva et al. (2024), entende-se que temas relacionados à contabilidade aplicada ao setor público são os mais presentes nos certames públicos e que tal área é relevante e necessária para a atuação do contador no setor público.

Nesse contexto, a integração eficaz entre teoria e prática, respaldada por uma carga horária apropriada, não apenas potencializa a formação dos estudantes, mas colabora, de igual modo, para a elevação da qualidade dos serviços prestados pelo setor público.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Amostra e Coleta de Dados

Inicialmente, procedeu-se à análise de todos os editais de concursos públicos organizados pelo Cebraspe, disponíveis em seu portal oficial, no período de 2020 a 2024, cujas provas e gabaritos definitivos foram divulgados até o primeiro semestre de 2025. As análises incluíram certames das esferas federal, estadual, distrital, municipal e entidades com natureza de direito privado. Ressalta-se que as entidades de natureza privada também podem realizar processos seletivos por meio de concursos públicos, principalmente para seleção de empregados celetistas, conforme seus estatutos sociais. Entre as entidades observadas, há sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades, como ApexBrasil, Funpresp, Conselhos de classe (ex.: CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), Dataprev, Petrobras e Telebras, entre outros. Apesar de representarem uma natureza não diretamente pública, sua classificação entre federal, estadual, distrital e municipal foi realizada, já que suas atuações podem ser observadas.

A escolha pela banca Cebraspe justifica-se por sua relevância, sendo a maior banca no cenário nacional, destacando-se pelo volume de concursos promovidos em relação a outras bancas avaliadoras e pela reconhecida qualidade das provas (Fontainha et al., 2015; Freire et al., 2012; Silva et al., 2024). Além disso, entende-se que as bancas possuem perfis específicos de cobrança, o que aumenta a importância de uma análise aprofundada de uma banca relevante e que funciona como referência para as demais bancas (Araujo et al., 2020; Macêdo et al., 2016; Silva et al., 2024). Por fim, a banca Cebraspe possui provas com uma característica única que limita capacidades

comparativas. As provas do Cebraspe são, em sua maioria, no modelo “certo e errado”, sendo que a cobrança é realizada mediante “itens” e não em formato de “múltipla escolha” mediante questões. Essa característica, de acordo com a banca, é necessária para uma cobrança mais aprofundada de conteúdos específicos e de itens que utilizam como base a taxonomia de Bloom em seu processo de elaboração. Nesse modelo, os candidatos são avaliados pelo seu conhecimento e não pela possibilidade de acerto por meio da exclusão de opções, já que, no modelo da banca, cada item que o candidato erra acaba por descontar um acerto.

Após a pré-análise de todas as provas, foram selecionadas apenas aquelas em que o cargo exigia a formação específica em Ciências Contábeis. Com base em tais critérios, foram identificados 65 concursos com provas aplicadas que ofereceram cargos que exigem curso superior em Ciências Contábeis, seja de forma exclusiva ou em conjunto com outras formações, conforme Tabela 1.

**Tabela 1**

*Descrição dos concursos selecionados*

*Painel A: Representatividade dos concursos selecionados frente ao total de concursos realizados*

Períodos	2020	2021	2022	2023	2024	Total
(a) Concursos Totais	23	59	48	57	48	235
(b) Concursos selecionados: exigência de formação em Ciências Contábeis	6	11	12	17	19	65
<b>(c) Representatividade (b/a)</b>	<b>26%</b>	<b>19%</b>	<b>25%</b>	<b>30%</b>	<b>40%</b>	<b>28%</b>

*Painel B: Descrição das exigências de formação dos concursos selecionados*

	2020	2021	2022	2023	2024	Total	%
Exigência exclusiva de formação em Ciências Contábeis	5	5	7	12	17	46	71%
Exigência de formação que incluía Ciências Contábeis	1	6	5	5	2	19	29%
<b>Concursos selecionados</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>65</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados disponíveis no site oficial do Cebraspe, 2025

A banca realizou, no total, 235 concursos de 2020 a 2024, sendo que 65 ofertaram cargos com exigência de formação superior em Ciências Contábeis. Destes, 46 (71%) exigiram formação de forma exclusiva em Ciências Contábeis e 19 (29%) exigiram formação em Ciências Contábeis dentre as possíveis opções de formação superior. Desta forma, é possível perceber que o bacharelado em Ciências Contábeis representa relevante exigência para ingresso no serviço público, estando presente em 28% dos concursos realizados no período.

Com base na seleção dos concursos públicos, que levou em consideração os eventos que tinham cargos que exigiram formação superior em Ciências Contábeis, apresenta-se, na Tabela 2, a composição das questões analisadas:

**Tabela 2**

*Composição das questões analisadas*

Períodos	2020	2021	2022	2023	2024	Total	%
Concursos analisados	6	11	12	17	20	65	
Cargos/Provas	6	20	18	22	38	104	
Total de questões de contabilidade	267	402	581	744	1.096	3.051	100%
Questões Anuladas	4	3	8	13	23	50	2%
<b>Total de questões analisadas</b>	<b>263</b>	<b>399</b>	<b>573</b>	<b>731</b>	<b>1.073</b>	<b>3.001</b>	<b>98%</b>
Questões básicas	9	4	0	0	8	21	
Questões específicas	254	395	573	731	1.065	2.980	

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da análise dos 65 concursos selecionados para a pesquisa, observa-se que foram aplicadas 104 provas, já que alguns concursos possuíam mais de um cargo na composição da amostra. Destas provas, foi levantado o total de 3.051 questões de Contabilidade. Identificou-se que 50 questões (2%) foram anuladas pela banca e, por esse motivo, foram excluídas da amostra de questões finais. Com base nesses critérios, a pesquisa tem como amostra 3.001 questões de Contabilidade, representando 98% do total de questões e 100% das questões válidas.

Ressalta-se que o Cebraspe utiliza tanto o modelo de itens (certo/errado) quanto o modelo de questões (múltipla escolha) em suas provas. Na amostra analisada, o modelo de itens prevaleceu, representando 2.343 itens (78%) das questões/itens avaliados. Já o formato de questões totalizou 658 (22%). Para fins desta pesquisa, os itens e questões serão referidos de maneira genérica como “questões”.

Ressalta-se que, mesmo a amostra sendo robusta e incluindo um total de 3.001 questões de concursos aplicados nas mais diversas esferas, o estudo se limita à análise de questões aplicadas pela banca Cebraspe. Mesmo a banca sendo vista como referência no contexto nacional de certames públicos, os resultados não são generalizáveis para todo o cenário, mas podem ser utilizados como base pelas demais bancas de forma a aprimorar seus processos avaliativos com base nos achados correntes.

### 3.2 Análise de Conteúdo

Após a seleção das provas e a tabulação de todas as questões, foram utilizadas as fases da Análise de Conteúdo propostas por Bardin (2011) para a classificação das questões selecionadas, envolvendo: (i) a pré-análise, momento em que houve a organização do material e leitura inicial das questões; (ii) exploração do material, momento em que foi realizada a codificação das questões, transformando os dados brutos em unidades de análise significativas; (iii) tratamento dos resultados e interpretação, etapa em que se deu sentido às manifestações contidas nas questões, estabelecendo conexões com o referencial teórico e possibilitando uma análise aprofundada sobre os conteúdos exigidos nos concursos; e (iv) inferência.

A pré-análise envolveu a leitura de todas as provas e questões de forma individualizada. Em algumas provas, as questões estavam identificadas por grande área, como “contabilidade”, “administração” ou “economia”, por exemplo, mas em outras as questões eram identificadas apenas como conteúdo específico ou geral. Essa visão é com base nos itens de conteúdo programático do edital, não obrigatoriamente sendo o mesmo do *framework* adotado na presente pesquisa. Entretanto, o conhecimento de todo o corpo do material de questões adquirido na pré-análise foi relevante para que os pesquisadores observassem se realmente o *framework* de áreas da contabilidade proposto por Oliveira (2002) seria suficiente e se aproximava dos conteúdos presentes nos editais de fato. No caso, observou-se que todos os conteúdos de contabilidade aplicados nas provas poderiam ser encaixados dentro das áreas propostas.

Com isso, partiu-se para a exploração, envolvendo a codificação e categorização de todas as questões. A classificação utilizada como base para a codificação foi a de áreas da Contabilidade descritas por Oliveira (2002). Na pesquisa utilizada, a autora categoriza as áreas e os temas abordados em cada segmento da Contabilidade em áreas e subáreas. Conforme citado, na pré-análise observou-se que todas as questões se encaixariam em alguma área, porém nem todas as subáreas estavam presentes. Esse fator era esperado, tendo em vista que a contabilidade é uma ciência social aplicada e novos temas podem surgir e ser incorporados a áreas já existentes de pesquisa. Por isso, apesar de se basear em tal codificação inicial, houve adaptação por meio da inclusão de novas subáreas para abranger de maneira integral os conteúdos presentes nas questões. Ressalta-se que a pesquisa de Oliveira (2002) mapeou mais áreas do que as citadas na Tabela 3, entretanto, para fins da presente pesquisa, foram apresentadas apenas as áreas e subáreas com a

efetiva presença de questões na análise. As categorias (áreas e subáreas) finais estão apresentadas na Tabela 3.

**Tabela 3**

*Áreas e subáreas da contabilidade*

Área	Código	Subáreas
Auditoria Externa e Interna (AUD)	AUD1	Controle de qualidade dos serviços de auditoria
	AUD2	O planejamento do trabalho de auditoria e a avaliação dos riscos inerentes
	AUD3	Prestação de serviços de auditoria, integração dos serviços de auditoria interna e externa
	AUD4	Relatórios de auditoria
Contabilidade de Custos (CUS)	CUS1	Métodos de custeio, conceitos, mensuração, escrituração, reconhecimento e evidenciação de custos e despesas
	CUS2	Sistemas de informação de custos
Contabilidade Financeira (FIN)	FIN1	Mensuração, escrituração, reconhecimento e evidenciação de elementos, demonstrações contábeis, notas explicativas, normas contábeis e fiscais
Contabilidade Gerencial (GER)	GER1	Análise das Demonstrações Contábeis e Controladoria
	GER2	Análise de Custos, Gestão Estratégica de Custos, Administração Financeira, Preço de Transferência, Avaliação de Desempenho
Contabilidade para Tipos Específicos de Organizações (ORG)	ORG1	Aspectos contábeis e fiscais referentes a pequenas e médias empresas, microempreendedor individual (MEI) e Simples Nacional
Contabilidade para empresas em Tipos Específicos de Atividades (ATV)	ATV1	Aspectos contábeis específicos em entidades imobiliárias, cooperativas, agropecuárias, previdenciárias e instituições financeiras
Contabilidade Pública Orçamento Público e Finanças Públicas (PUB)	PUB1	Mensuração, escrituração, reconhecimento e evidenciação de elementos, demonstrações contábeis e plano de contas do setor público
	PUB2	Orçamento Público
	PUB3	Lei de Responsabilidade Fiscal
	PUB4	Sistemas de Informação do setor público
Contabilidade Tributária (TRI)	TRI1	Conceitos, escrituração e legislação de tributos e planejamento tributário
	TRI2	Sistemas de Informação, Sistema Público de Escrituração Digital
Exercício Profissional (PRO)	PRO1	Aspectos da ética profissional
	PRO2	Fiscalização do exercício da profissão contábil
Perícia Contábil (PER)	PER1	Aspectos da perícia contábil: execução, responsabilidades, laudos e pareceres
Teoria da Contabilidade (TEO)	TEO1	Aspectos teóricos, conceituais e doutrinários
	TEO2	Princípios e normas contábeis
Outros (OUT)	OUT1	Conceitos e Cálculos Atuariais
	OUT2	Matemática financeira
	OUT3	Outros assuntos não cobertos nos temas anteriores

Fonte: Adaptada de Oliveira (2002).

A codificação/categorização foi realizada de forma manual com o apoio de planilhamento por meio do Microsoft Excel. No banco de dados, foram incluídos os códigos para cada uma das questões analisadas, as identificações dos concursos, cargos, ano, tipo de questão (conhecimentos gerais ou específicos) e formato da questão (questões ou itens), além dos textos das questões propriamente ditas e as classificações das áreas e subáreas identificadas.

Para cada questão, a classificação inicial era realizada por meio da subárea. Esse processo foi facilitado tendo em vista que a própria pesquisa-base (Oliveira, 2002) já trazia um rol de subáreas para cada área da contabilidade. Caso nenhuma das subáreas fosse coerente, os pesquisadores incluíam uma nova subárea dentro do rol geral de possibilidades de classificação. Com base na identificação da subárea, que é uma categoria mais descritiva, a classificação na área era realizada, de forma a manter a matriz teórica de Oliveira (2002).

Considerando a especificidade do Cebraspe, que realiza as cobranças majoritariamente por itens, a classificação individual e exclusiva de uma subárea foi favorecida, já que os itens tendem a refletir apenas um único conteúdo. Esse é mais um ponto que prioriza a escolha do Cebraspe, pois a variedade de cobranças tende a ser maior, já que são mais itens quando comparados a questões nas provas. Por exemplo, uma prova pode ter 120 itens diferentes e independentes. Em um padrão de questões, os 120 itens seriam similares a 25 ou 30 questões.

Apesar da predominância de itens, houve também a análise de questões. Em alguns casos, as questões poderiam ser classificadas em duas ou mais subáreas, já que diferentes conteúdos poderiam estar presentes em uma mesma questão, principalmente no que concerne às subáreas. Nesses casos, para manter a base metodológica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), primou-se pela exclusividade. Nesses casos, a classificação dos códigos levou em consideração a análise da alternativa correta da questão e, assim, classificou-se tal questão na subárea correspondente.

Após toda a classificação das questões, como houve a criação de novas subáreas e de forma a manter a consistência metodológica, todas as questões foram reanalisadas e suas classificações ajustadas tomando como base o modelo de classificação final, conforme apresentado na Tabela 3.

Por fim, as etapas de tratamento dos dados, análises e inferências foram realizadas, conforme apresentado e discutido na seção a seguir. As análises foram realizadas de forma a comparar com pesquisas anteriores, com a teoria proposta e com inferências que possibilitem a resposta ao objetivo da pesquisa.

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISES

A análise por área da contabilidade e ano, conforme apresentado na Tabela 4, demonstra que, na amostra de questões do Cebraspe, há predominâncias de algumas áreas ao longo de todo o período, com variações entre os anos. Com relação à quantidade média de itens de contabilidade nas provas, observa-se uma variação para o ano de 2020. A variação pode ser justificada pela quantidade reduzida de concursos realizados neste ano em virtude da pandemia de Covid-19.

**Tabela 4**

*Questões por ano e área da Contabilidade*

Áreas	2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Contabilidade Pública	85	32%	67	17%	235	41%	233	33%	312	30%	932	31%
Contabilidade Financeira	77	29%	127	32%	134	23%	205	29%	289	27%	832	28%
Auditoria	48	18%	41	10%	74	13%	48	7%	155	15%	366	12%
Contabilidade Gerencial	12	5%	46	12%	37	6%	64	9%	40	4%	199	7%
Teoria da Contabilidade	12	5%	29	7%	20	3%	52	7%	78	7%	191	6%
Contabilidade de Custos	11	4%	35	9%	14	2%	66	9%	61	6%	187	6%
Contabilidade Tributária	10	4%	17	4%	26	5%	29	4%	49	5%	131	4%
Atividades específicas	1	0%	21	5%	3	1%	-	-	34	3%	59	2%
Perícia Contábil	4	2%	-	-	10	2%	2	0%	6	1%	22	1%
Organizações específicas	-	-	-	-	2	0%	4	1%	2	0%	8	0%
Exercício profissional	-	-	-	-	-	-	2	0%	-	0%	2	0%
Outros	3	1%	16	4%	18	3%	7	1%	28	3%	72	2%
<b>Total questões</b>	<b>263</b>		<b>399</b>		<b>573</b>		<b>712</b>		<b>1.054</b>		<b>3.001</b>	100%
<b>Quantidade de provas</b>	6		20		18		22		38		104	
<b>Questões por prova</b>	44		20		32		32		28		29	

Fonte: Elaborada pelos autores. Qtd = Quantidade.

Assim como observado em outras pesquisas de natureza semelhante (Rodrigues & Miranda, 2013; Silva et al., 2024), observa-se uma predominância da Contabilidade Pública, Orçamento e Finanças Públicas (31%) nos concursos públicos analisados. Os resultados são

diferentes dos observados em pesquisas que analisaram o conteúdo em eventos avaliativos diversos, como Enade e Exame de suficiência do CFC (Nasu, 2021; Oliveira et al., 2019), sendo que a CASP figura, nestes eventos, entre as áreas menos representativas.

A representatividade superior da CASP nos concursos é coerente com o contexto dos certames públicos para profissionais da área de contabilidade, uma vez que estes exercerão atividades diretamente ligadas ao controle patrimonial, financeiro e orçamentário das entidades públicas, que são os tópicos da área (Nascimento, 2022). Nesse sentido, a representatividade superior nos concursos e a baixa representatividade em outros exames avaliativos gerais reforça que o conteúdo dos certames públicos elaborados e aplicados pelo Cebraspe está em linha com as atividades mais presentes no trabalho do bacharel em contabilidade no setor público.

Em segundo lugar encontra-se a Contabilidade Financeira (28%). Em pesquisas realizadas em eventos avaliativos diversos na contabilidade, esta área sempre figurou entre as mais relevantes (Nasu, 2021; Oliveira et al., 2019; Rodrigues & Miranda, 2013; Silva et al., 2024). Observa-se, ainda, que na presente pesquisa e considerando a amostra analisada, a área de Contabilidade Financeira ficou em primeiro lugar no ano de 2021. Isso pode ser justificado porque, entre os 20 cargos analisados neste ano, 11 eram para empresas com alguma natureza privada, como Petrobras, Telebras, APEX e Funpresp. Nesses casos, a contabilidade financeira representa a base contábil das empresas, trazendo mais um argumento que demonstra que os conteúdos cobrados estão em consonância com as atribuições dos profissionais da área contábil.

Em geral, a representatividade da Contabilidade Financeira na amostra é justificada pela sua natureza fundamental na prestação de informações aos usuários. Essa área é a base do conhecimento contábil, sendo que seu domínio é necessário para que haja a aplicação nas mais diversas áreas de atuação contábil, o que amplia sua relevância no contexto dos concursos públicos.

Nesse sentido, sua representatividade reflete tanto uma importância para a administração pública quanto uma interface com aspectos normativos. Por um lado, demonstra a necessidade de profissionais capacitados para assegurar a qualidade e fidedignidade das informações contábeis, essenciais à transparência governamental e à prestação de contas à sociedade. Por outro, evidencia a demanda por conhecimentos técnicos aprofundados, ambos necessários para a atuação de bacharéis no setor público.

A área de Auditoria (12%), juntamente com a área de perícia (1%), representou 13% do total amostral. Este resultado, similar ao encontrado por Silva et al. (2024), reflete a relevância da auditoria/perícia como instrumento de controle e *accountability* na gestão pública. A presença desta área nos certames analisados pode ser justificada pelo papel fundamental da auditoria em diminuir a assimetria de informação entre cidadãos e governos, assim como conferir legitimidade às ações dos gestores públicos (Hay & Cordery, 2016). Além disso, quando observados os cargos, 16 cargos analisados eram para auditor ou perito, o que reforça a coerência da cobrança.

A auditoria governamental atua como mecanismo essencial para garantir a transparência e a adequada aplicação dos recursos, sendo orientada por normativos dos órgãos de controle e boas práticas de fiscalização. Esta área tem como foco principal assegurar a integridade da gestão pública e responsabilizar eventuais desvios conforme a legislação vigente, portanto, o conteúdo se mostra pertinente para a atuação do bacharel em contabilidade na esfera pública.

As áreas de Contabilidade Gerencial (7%) e Contabilidade de Custos (6%), embora distintas em seus focos específicos, se complementam no fornecimento de informações estratégicas para o processo decisório, uma vez que auxiliam os usuários internos no planejamento operacional e estratégico, bem como no controle e otimização dos recursos organizacionais.

A presença dessas áreas nos certames públicos aplicados pelo Cebraspe evidencia a importância desses temas para a modernização da gestão pública, particularmente no contexto de busca por eficiência e otimização dos recursos. Esta demanda reflete a necessidade de profissionais

capacitados não apenas para cumprir exigências legais, mas também para contribuir com a gestão estratégica, fornecendo informações precisas para a tomada de decisões e o controle efetivo dos custos governamentais.

Ainda com percentual próximo às demais, a área de Teoria da Contabilidade (6%) se mostra relevante por se entender que o domínio da teoria contábil é essencial para explicar e interpretar práticas complexas, além de desenvolver habilidades cruciais para o exercício da profissão. Esta perspectiva é particularmente importante no contexto do setor público, em que a compreensão dos fundamentos teóricos é necessária para a correta aplicação das normas e dos procedimentos contábeis, principalmente quando há necessidade de julgamento por parte do profissional.

As demais áreas tiveram representatividade inferior nas questões analisadas, porém também representam contribuições da contabilidade ao setor público. A representatividade inferior dessas áreas justifica-se pela natureza específica dos conteúdos, que geralmente são demandados em certames direcionados a órgãos com atribuições particulares ou cargos que exigem conhecimentos especializados. Mais uma vez, observa-se consonância dos conteúdos com as atribuições, já que tais áreas não fazem parte das atribuições de um bacharel em contabilidade em todas as organizações públicas.

Considerando a necessidade de compreensão específica dos conteúdos, apresenta-se, na Tabela 5, a relação das subáreas das principais áreas da contabilidade identificadas tomando como base a amostra de questões do Cebraspe.

**Tabela 5**  
*Questões por ano, área e subárea da Contabilidade*

Área	Subárea	2020	2021	2022	2023	2024	Total	% Área	% Total
Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas (PUB)	PUB1	80	63	171	211	286	811	87%	27%
	PUB2	4	1	35	17	12	69	7%	2%
	PUB3		3	20	4	9	36	4%	1%
	PUB4	1		9	1	5	16	2%	1%
	<b>Total PUB</b>	<b>85</b>	<b>67</b>	<b>235</b>	<b>233</b>	<b>312</b>	<b>932</b>	<b>100%</b>	<b>31%</b>
Contabilidade Financeira (FIN)	FIN1	77	127	134	205	289	832	100%	28%
	<b>Total FIN</b>	<b>77</b>	<b>127</b>	<b>134</b>	<b>205</b>	<b>289</b>	<b>832</b>	<b>100%</b>	<b>28%</b>
Auditoria Externa e Interna (AUD)	AUD1	1			1		2	1%	0%
	AUD2		3	4	10	11	28	8%	1%
	AUD3	39	37	67	28	139	310	85%	10%
	AUD4	8	1	3	9	5	26	7%	1%
	<b>Total AUD</b>	<b>48</b>	<b>41</b>	<b>74</b>	<b>48</b>	<b>155</b>	<b>366</b>	<b>100%</b>	<b>12%</b>
Contabilidade Gerencial (GER)	GER1	12	43	34	58	35	182	91%	6%
	GER2		3	3	6	5	17	9%	1%
	<b>Total GER</b>	<b>12</b>	<b>46</b>	<b>37</b>	<b>64</b>	<b>40</b>	<b>199</b>	<b>100%</b>	<b>7%</b>
Teoria da Contabilidade (TEO)	TEO1	12	26	19	51	59	167	87%	6%
	TEO2		3	1	1	19	24	13%	1%
	<b>Total TEO</b>	<b>12</b>	<b>29</b>	<b>20</b>	<b>52</b>	<b>78</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>	<b>6%</b>
Contabilidade de Custos (CUS)	CUS1	9	34	14	64	54	175	94%	6%
	CUS2	2	1		2	7	12	6%	0%
	<b>Total CUS</b>	<b>11</b>	<b>35</b>	<b>14</b>	<b>66</b>	<b>61</b>	<b>187</b>	<b>100%</b>	<b>6%</b>
Contabilidade Tributária (TRI)	TRI1	10	17	23	23	45	118	90%	4%
	TRI2			3	6	4	13	10%	0%
	<b>Total TRI</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>26</b>	<b>29</b>	<b>49</b>	<b>131</b>	<b>100%</b>	<b>4%</b>
Contabilidade para empresas em Tipos Específicos de Atividades (ATV)	ATV1	1	21	3		34	59	100%	2%
	<b>Total ATV</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>3</b>		<b>34</b>	<b>59</b>	<b>100%</b>	<b>2%</b>
Perícia Contábil (PER)	PER1	4		10	2	6	22	100%	1%
	<b>Total PER</b>	<b>4</b>		<b>10</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>1%</b>
Contabilidade para Tipos Específicos de Organizações (ORG)	ORG1			2	4	2	8	100%	0%
	<b>Total ORG</b>			<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>
Exercício Profissional (PRO)	PRO1				1		1	50%	0%
	PRO2				1		1	50%	0%
	<b>Total PRO</b>				<b>2</b>		<b>2</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>
Outros (OUT)	OUT1	2		3			5	7%	0%
	OUT2			2	5	5	12	17%	0%
	OUT3	1	16	13	2	23	55	76%	2%
	<b>Total OUT</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>28</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>	<b>2%</b>
<b>Total Geral</b>			<b>263</b>	<b>399</b>	<b>573</b>	<b>712</b>	<b>1054</b>	<b>3001</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

A análise das subáreas revela aspectos sobre a distribuição dos conteúdos específicos presentes na amostra analisada. A subárea FIN 1 (Mensuração, escrituração, reconhecimento e evidenciação de elementos, demonstrações contábeis, notas explicativas, normas contábeis e fiscais) foi a mais expressiva, representando 28% do total de 3.001 questões analisadas. Percebe-se, para a amostra, uma similaridade nas cobranças de conteúdos de contabilidade para cargos em que se exige o diploma na área (presente pesquisa) e para cargos em que não se exige a formação específica (Silva et al., 2024).

Esta representatividade reflete a importância do domínio técnico-contábil pelo profissional contador, que deve estar constantemente atualizado para contribuir na tomada de decisões. A presença destes conteúdos nas provas do Cebraspe reflete a importância atribuída à capacidade do profissional contábil em dominar aspectos técnicos fundamentais como escrituração de transações econômicas, aplicação de normas e elaboração de relatórios financeiros, que constituem capacidades vitais tanto no âmbito público quanto no privado.

A subárea PUB1 (Mensuração, escrituração, reconhecimento e evidenciação de elementos, demonstrações contábeis e plano de contas do setor público) foi a segunda mais expressiva na amostra, representando 27% das questões totais e 87% das questões de PUB. As demais subáreas de PUB são de caráter legal ou técnico e demonstraram menor nível de cobrança. PUB2 e PUB3, por exemplo, referem-se a orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal e apresentaram representatividade inferior às observadas em estudos anteriores (Freire et al., 2012). Considerando que são temas importantes para a atuação do profissional no setor público, tais temas podem não estar presentes exclusivamente nas questões de contabilidade, mas também em questões de Direito e Administração Financeira e Orçamentária, demonstrando uma tendência de interdisciplinariedade das cobranças por parte da banca, ao invés de manter tais temas exclusivamente no escopo da Contabilidade Pública.

Surpreende a PUB4 (Sistemas de Informação do setor público). Observa-se uma baixa exigência, nas questões analisadas, de conhecimentos sobre sistemas contábeis públicos, como o SIAFI. Pode-se compreender que a banca entende que o conhecimento do sistema não é requisito para o ingresso e provavelmente será aprendido na prática. Entretanto, tal conhecimento possibilitaria análises de dados importantes para o setor público.

Conforme Merhi (2021), por exemplo, a análise de dados e a utilização de sistemas têm se mostrado fundamentais para aprimorar a eficiência operacional dos governos, possibilitando melhorias na prestação de serviços públicos e na elaboração de políticas mais efetivas. Nesse sentido, a falta de cobrança de tal subárea pode indicar a aprovação de profissionais que poderão demandar mais tempo para contribuir com demandas contemporâneas do setor público. A baixa representatividade de questões sobre sistemas de informação nos concursos públicos analisados, portanto, indica uma defasagem entre as competências avaliadas nos certames do Cebraspe e as demandas reais da gestão pública moderna, que cada vez mais requer profissionais capacitados no uso e na interpretação de sistemas informacionais para a tomada de decisões baseada em evidências.

A cobrança na área PUB demonstra uma ênfase atribuída pela banca aos aspectos de conhecimento geral da contabilidade governamental nos certames públicos, refletindo as exigências e particularidades da atuação no setor público. Tal concentração justifica-se pela necessidade de profissionais que demonstrem domínio das práticas contábeis do setor governamental, incluindo o tratamento das informações patrimoniais, orçamentárias e fiscais, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ao se analisar as duas subáreas mais relevantes (FIN1 e PUB1) dentro das questões selecionadas, observa-se uma concentração em aspectos técnico-teóricos similares, porém com aplicação financeira (geral) e pública (específica). Conjuntamente, essas duas subáreas

representam mais da metade das questões de contabilidade (55%), refletindo a centralidade da mensuração e escrituração como pilares da prática contábil. Com base nisso, pode-se entender que a exigência dada pelo Cebraspe é de conhecimento geral do conteúdo para o ingresso em cargos com exigência de bacharelado em ciências contábeis.

Tais conteúdos são essenciais para garantir a qualidade e confiabilidade das informações geradas tanto na esfera pública quanto privada. A ênfase nos aspectos técnicos e teóricos demonstra o reconhecimento da banca de que o domínio dos processos de registro, mensuração e evidenciação constitui a base para uma contabilidade eficiente e transparente, elementos importantes para a adequada prestação de contas à sociedade e para o processo decisório nas organizações. Ademais, esta concentração alinha-se às exigências práticas da profissão, em que a precisão na escrituração e a correta aplicação das normas de mensuração são competências necessárias para o preparo das demonstrações financeiras e para o cumprimento das obrigações legais e normativas.

Em todas as áreas, observou-se concentração em alguma subárea específica. Na Auditoria, 85% das questões concentraram-se na prestação de serviços de auditoria (AUD3). Em Contabilidade de Custos, 94% focaram em métodos de custeio (CUS1). Este padrão de concentração também foi observado na Contabilidade Gerencial (91% em GER1, análises de demonstrações) e na Contabilidade Tributária (90% em conceitos e escrituração de tributos, TRI1).

Diferentemente das demais áreas e considerando o rol de questões analisadas, na Auditoria observou-se a cobrança de itens menos teóricos e mais relacionados à prática profissional. A subárea AUD3 (Prestação de Serviços de Auditoria, integração dos serviços de auditoria interna e externa) foi a mais presente nas questões de auditoria. As questões abordaram aspectos práticos sobre a execução de auditoria e suas ferramentas de trabalho, tipos de auditoria e auditoria governamental. Esta significativa presença nos certames reflete a importância da auditoria no contexto do setor público, que atua como ferramenta fundamental na identificação de erros e na conformidade das ações públicas aos padrões constitucionais e normativos. Ainda, as questões de cunho mais prático demonstram um interesse da administração em candidatos com experiência, o que é justificado pelo nível dos concursos com questões de auditoria e pela expectativa de conhecimento para o efetivo controle em órgãos como Secretarias de Fazenda, Tribunais de Contas e Controladorias estaduais.

Já na contabilidade de custos, que também é uma área específica da contabilidade, as questões analisadas voltam-se mais ao aspecto teórico sobre métodos de custeio (CUS1), alinhando-se com os resultados encontrados por Silva et al. (2024). Em Contabilidade Gerencial, a subárea GER1 (Análise das Demonstrações Contábeis e Controladoria) também se mostrou superior. A representatividade conjunta das áreas de Contabilidade Gerencial e de Custos reflete a crescente importância da contabilidade de custos no setor público, que desempenha papel fundamental no gerenciamento das entidades públicas e na elaboração de relatórios gerenciais.

Esse conhecimento se mostra ainda mais relevante para a atuação profissional a partir da NBC TSP 34, promulgada em novembro de 2021. Essa norma do CFC passa a exigir, de forma mandatória, que todos os órgãos públicos apurem informações de custos por meio da implementação de sistemas de custos de forma a aprimorar a governança pública. Ainda, a norma defende o papel central do contador público nesse processo, trazendo relevância e atualidade na cobrança de questões desta área para a seleção de novos servidores públicos. De forma dicotômica, apesar de haver cobranças de forma teórica, não se observou número relevante de cobranças que envolvem sistemas, sendo que esta é uma exigência da norma.

Na área de Teoria da Contabilidade, TEO1 (Aspectos teóricos, conceituais e doutrinários) representa 87% da área e TEO2 (Princípios e normas Contábeis) correspondera a 13%. Esta distribuição reflete a importância do arcabouço teórico na formação do profissional contábil por meio da integração entre aspectos teóricos e práticos. O domínio dos fundamentos teóricos se mostra essencial para a compreensão e aplicação prática dos conceitos contábeis no setor público.

As demais áreas e subáreas, de forma geral, não apresentaram representatividade relevante dentro do contexto analisado. Embora não figurem entre os conteúdos mais presentes, observa-se sua relevância para a formação. Entre os temas, pode-se observar conteúdos específicos para alguns setores, aspectos tributários e matemática financeira, que fazem parte do trabalho do contador público.

#### **4.1 Discussão dos Achados à Luz da Abordagem Avaliativa de Scriven (1966)**

À luz da Abordagem Avaliativa de Scriven (1966), os achados desta pesquisa podem ser interpretados, primordialmente, sob a perspectiva da avaliação instrumental, uma vez que a análise concentrou-se nas características internas dos conteúdos exigidos nos concursos públicos destinados a bacharéis em contabilidade e aplicados por uma banca específica (Cebraspe). Nesse sentido, a predominância das áreas de Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas (31%) e de Contabilidade Financeira (28%) revela um padrão, no perfil da banca, consistente de seleção de conteúdos que privilegiam conhecimentos diretamente relacionados às atribuições centrais do exercício profissional no setor público, tais como o registro, a mensuração, o reconhecimento e a evidenciação de informações contábeis e fiscais, incluindo a elaboração de notas explicativas.

Sob a ótica de Scriven (1966), esse resultado sugere que os certames analisados apresentam coerência interna entre o objeto avaliado e sua finalidade institucional, na medida em que os conteúdos cobrados refletem, de forma geral, os conhecimentos técnicos considerados essenciais para o desempenho das funções do contador público. Tal alinhamento reforça o mérito instrumental dos instrumentos avaliativos examinados, ao indicar que a estrutura temática das provas guarda coerência e correspondência com os objetivos implícitos dos concursos públicos, qual seja, a identificação de candidatos com domínio técnico compatível com as demandas contemporâneas da administração pública.

Em termos “Scrivenianos”, tal coerência fortalece o valor instrumental das provas aplicadas pelo Cebraspe, uma vez que reduz o risco de descompasso entre o conhecimento exigido no certame e as competências técnicas necessárias ao desempenho profissional. Assim, os resultados sugerem que, ao menos no que se refere ao núcleo tradicional da formação contábil aplicada ao setor público, os concursos públicos da banca analisada cumprem adequadamente seu papel avaliativo ao selecionar candidatos com domínio de conhecimentos centrais para a prática institucional.

Não obstante o alinhamento observado entre os conteúdos predominantes e as atribuições centrais do contador público, a avaliação instrumental também evidencia algumas lacunas e limitações relevantes na estrutura temática dos certames analisados. Em particular, a baixa incidência de questões relacionadas à Ética Profissional e aos Sistemas de Informação Contábil sugere a sub-representação de conhecimentos que têm se tornado cada vez mais centrais à atuação contemporânea no setor público.

Com fundamento na Abordagem Avaliativa de Scriven (1966), tais lacunas comprometem parcialmente o mérito instrumental dos instrumentos avaliativos, na medida em que podem possuir uma cobertura incompleta do conjunto de saberes necessários ao desempenho pleno das funções do cargo. Assim, ainda que as provas demonstrem coerência em relação ao núcleo tradicional da formação contábil, os achados indicam que determinados conteúdos estratégicos permanecem marginalizados, o que limita a abrangência da avaliação e suscita questionamentos quanto à suficiência do conteúdo exigido frente às demandas atuais da administração pública.

Em síntese, sob a perspectiva de Scriven (1966), os resultados indicam que os concursos públicos analisados apresentam mérito instrumental ao privilegiarem conteúdos alinhados ao núcleo tradicional da atuação do contador público, assegurando coerência interna entre o objeto avaliado e a finalidade institucional do processo seletivo. Todavia, a identificação de lacunas

relevantes em áreas como Ética Profissional e Sistemas de Informação Contábil revela limitações na abrangência dos instrumentos avaliativos, os quais podem não contemplar, de forma suficiente, conhecimentos que assumem papel crescente na prática contábil contemporânea no setor público.

Nesse sentido, embora os certames cumpram adequadamente sua função avaliativa no que se refere à seleção de competências técnicas clássicas, os achados sugerem a necessidade de aperfeiçoamento do conteúdo exigido, de modo a ampliar o valor e a utilidade dos concursos enquanto instrumentos modernos e atuais de avaliação e seleção. Assim, a aplicação do referencial de Scriven (1966) permite não apenas reconhecer os méritos dos certames públicos analisados, mas também apontar caminhos para o fortalecimento de sua consistência avaliativa frente às transformações institucionais e profissionais em curso.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os conteúdos programáticos de Contabilidade presentes em concursos públicos destinados a cargos que exigem formação superior em Ciências Contábeis, no período de 2020 a 2024, à luz da Abordagem Avaliativa de Scriven (1966). Para isso, foram analisadas as provas aplicadas pela banca Cebraspe, utilizando a técnica de análise de conteúdo categorial (Bardin, 2011), com base nas áreas e subáreas da contabilidade descritas por Oliveira (2002).

A análise das questões revelou que “Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas” (31%) e “Contabilidade Financeira” (28%) foram as áreas mais exigidas nos certames. Nessas áreas, observou-se a cobrança de aspectos fundamentais da contabilidade, abrangendo desde a escrituração de transações contábeis, mensuração e reconhecimento dos elementos patrimoniais, até a elaboração de demonstrações contábeis e notas explicativas.

De forma geral, observa-se um alinhamento dos conteúdos de contabilidade presentes nos concursos públicos que exigiram formação superior em Ciências Contábeis com a prática profissional do contador público. Para demonstrar tal consonância, observa-se, por exemplo, que concursos para cargos de auditor apresentaram maior nível de cobrança com questões práticas sobre auditoria. Já concursos para entidades privadas apresentaram maior nível de cobrança de questões relacionadas à Contabilidade Financeira. Similar conclusão é alcançada ao observar os achados a partir da ótica da Abordagem Avaliativa de Scriven (1966), particularmente no que tange aos conhecimentos técnicos de áreas tradicionais, como Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas e Contabilidade Financeira. Apesar disso, observaram-se lacunas de incidência de questões relacionadas à Ética Profissional e Sistemas de Informação Contábil, constituindo uma limitação dos certames e que poderia comprometer, parcialmente, a sua capacidade de avaliação instrumental.

Conforme esperado e observado em pesquisas anteriores, o conteúdo mais presente é o de contabilidade aplicada ao setor público. Dentro dessa área, observou-se a cobrança de diversos itens relacionados às atribuições diárias de um contador público. Também foi observada a cobrança crescente das áreas de contabilidade gerencial e de custos. Embora se pense nesses conteúdos para entidades privadas, no setor público houve a promulgação da NBC TSP 34, em 2021, que tornou as ferramentas de custos obrigatórias em todos os órgãos do setor público, sendo que tal aspecto foi refletido no aumento da cobrança desse assunto nas provas analisadas.

No entanto, foram identificadas algumas limitações na distribuição dos conteúdos. Houve baixa representatividade de questões relacionadas a competências específicas para um profissional da contabilidade no setor público. Por exemplo, ética profissional (0,03%) e sistemas de informação (1%) foram pouco exploradas. Tal fenômeno indica um potencial desalinhamento entre os processos seletivos e as demandas contemporâneas da gestão pública. Esta discrepância torna-se ainda mais relevante considerando que a transformação digital do setor público e a crescente

demanda por transparência exigem profissionais não apenas tecnicamente competentes, mas também eticamente comprometidos com a responsabilidade social da profissão contábil.

Os profissionais selecionados desempenharão papel fundamental na gestão e no controle do patrimônio público, bem como na promoção da *accountability*. A contabilidade, como ciência social, é diretamente influenciada por aspectos econômicos, políticos, culturais e históricos, sendo necessário que o profissional preze pela conduta ética em suas atividades. Nesse sentido, a limitada avaliação deste conteúdo pode representar uma lacuna na seleção de profissionais comprometidos com os princípios éticos fundamentais para a gestão pública responsável.

Ainda, a carência de cobranças relacionadas a aspectos de tecnologia da informação limita a seleção de profissionais com perfil prático e experiência que poderiam contribuir para as atividades do contador público. É cada dia mais necessário o profissional da contabilidade que tenha habilidades analíticas para a interpretação de dados e tomada de decisão de forma eficiente no setor público, sendo que a exploração de tais temas poderia selecionar tais profissionais.

Considerando a preferência dos graduandos e graduados em Ciências Contábeis pela carreira pública, este estudo contribuiu para a literatura contábil ao aprofundar discussões teóricas e práticas exigidas em concursos, de forma que auxilia tanto na preparação dos candidatos quanto no processo de ensino, que pode priorizar o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas aos postos de trabalho na área contábil. Uma vez que se observa um alinhamento entre os conteúdos exigidos e as atribuições do profissional, é papel do ensino superior o desenvolvimento coerente para criação de profissionais preparados ao mundo do trabalho que, no caso da presente pesquisa, é o do serviço público.

Há também uma contribuição aos órgãos públicos ou entidades demandantes de concursos públicos para seleção de seus colaboradores. Ao evidenciar padrões de cobrança e sua relação com a prática profissional, pode-se utilizar os dados como forma de análise da qualidade do processo seletivo realizado pelas bancas, principalmente ao relacionar com a teoria da Abordagem Avaliativa de Scriven (1966). No caso da presente pesquisa, o Cebraspe, apesar de apresentar lacunas, demonstrou relação da cobrança de conteúdos com as atribuições profissionais dos selecionados.

A análise de uma única banca, mesmo sendo a mais relevante no cenário de concursos públicos, é uma limitação da pesquisa, já que pode não representar o panorama geral dos concursos públicos na área contábil. Entretanto, ao se entender que as bancas possuem perfis próprios de exigências, também representa uma contribuição. A análise de concorrentes seria bem-vinda como uma pesquisa futura de forma a verificar a aderência das demais bancas no que se refere à relação entre conteúdos e atribuições profissionais.

Em adição, sugere-se a realização de uma pesquisa que avalie a coerência entre as questões de concursos públicos da área contábil e as novas Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, de 2026 em diante, de forma a verificar se há alinhamento entre os conteúdos ensinados, as competências e habilidades desenvolvidas e o que é efetivamente exigido nos certames públicos. Ressalta-se, por fim, que foram analisados e classificados os conteúdos das questões de contabilidade, não tendo sido realizadas análises quanto à qualidade das questões, seja do ponto de vista de conteúdo, seja do ponto de vista de forma ideal de avaliação, por exemplo, utilizando escalas como a taxonomia de Bloom ou outras teorias avaliativas da área educacional, de qualificação profissional ou do setor público.

## REFERÊNCIAS

- Araujo, A. L. G., Oliveira, K. P., & Cardoso, G. A. (2020). A culpa é da indústria concurseira? *Revista Digital de Direito Administrativo*, 7(2), 128–146. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v7i2p128-146>

- Barbosa, R. S., Leal, E. A., & Pereira, J. M. (2020). Modalidades de avaliação propostas para o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de Ciências Contábeis: Uma análise à luz da teoria da avaliação. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(2), 157–191. <https://doi.org/10.22561/cvr.v31i2.5280>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Edição revista e atualizada). Edições 70.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil. (2011). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre o acesso à informação pública. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)
- Cavalcante, D. S., Aquino, L. D. P., Luca, M. M. M. de, Ponte, V. M. R., & Bugarim, M. C. C. (2011). Adequação dos currículos dos cursos de contabilidade das universidades federais brasileiras ao currículo mundial de contabilidade e o desempenho no Enade. *Pensar Contábil*, 13(50), 42–52.
- Costa, F. B. da, & Souza, F. G. D. (2018). Perfil do profissional contábil do setor público. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 12(1), 74–92. <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i1.23253>
- Donatangelo, C. S. R., & Santos, A. L. P. D. (2018). Análise de conteúdo de provas e editais de concursos públicos municipais. *Conexões*, 16(3), 335–352. <https://doi.org/10.20396/conex.v16i3.8652190>
- Ferreira, D., Quintana, A. C., Cruz, A. P. C. da, & Gomes, D. G. da. (2020). Expectativas profissionais dos ingressantes em Ciências Contábeis. *Revista Mineira de Contabilidade*, 21(1), 69–81. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2020v21n1t06>
- Fontainha, F. D. C., Geraldo, P. H. B., Veronese, A., & Alves, C. S. (2015). O concurso público brasileiro e a ideologia concursista. *Revista Jurídica da Presidência*, 16(110), 671–695. <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2015v16e110-38>
- Franco, L. M. G., & Nascimento, C. do. (2011). Penalidades aplicáveis ao contador público. *ConTexto – Contabilidade em Texto*, 11(20), 99–109.
- Freire, F. D. S., Nóbrega, T. C. da, Marques, M. D. M., & Pereira, E. M. (2012). Exigências programáticas em contabilidade pública em concursos do CESPE. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 6(4), 419–433. <https://doi.org/10.17524/repec.v6i4.380>
- Hay, D., & Cordery, C. J. (2016). The value of public sector audit: Literature and history. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2895809>
- Iudícibus, S. de, Marion, J. C., & Faria, A. C. de. (2017). *Introdução à teoria da contabilidade* (6ª ed.). GEN Atlas.

- Krüger, C., Berlez, J. L. S. M., Michelin, C. F., Souza, G. M., & Peiter, E. E. (2023). Determinantes da intenção de seguir carreira na contabilidade. *Sinergia*, 27(1), 141–158. <https://doi.org/10.17648/2236-7608-v27n1-14971>
- Leal, F. G., Silva, A. C. F. da, & Dalmau, M. B. L. (2014). Avaliações de concursos públicos sob a ótica da gestão por competências. *Revista de Ciências da Administração*, 16(40), 191–207. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n40p191>
- Macêdo, D. F. D., Gomes, C. M. F., Costa, A. C. S., & Finger, A. B. (2016). Concurso público como instrumento de seleção. *Revista Sociais e Humanas*, 29(1), 92–109. <https://doi.org/10.5902/2317175820898>
- Magalhães, V. V. C., Filho, R. N. L., Soares, S. V., & Mendes, J. da S. (2022). Fatores determinantes da carreira em Ciências Contábeis. *Pensar Contábil*, 23(83), 16–29.
- Merhi, M. I. (2021). Critical success factors of data intelligence in the public sector. *Technological Forecasting and Social Change*, 173, 121180. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121180>
- Motta, F. (2011). Concurso público e cadastro de reserva. *Revista do TCU*, 120, 50–57.
- Nascimento, E. (2022). O papel da contabilidade na administração pública. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(8), 379–387. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i8.6510>
- Nasu, V. H. (2021). Desempenho no exame de suficiência do CFC. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 249, 15–27.
- Oliveira, A. B. D. S., Castro Junior, J. D. L. P., & Montalvão, S. D. S. (2022). O mito da meritocracia nos concursos públicos. *Revista de Administração Pública*, 56(6), 694–720. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220150>
- Oliveira, M. C. (2002). Periódicos brasileiros de contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, 13(29), 68–86. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772002000200005>
- Oliveira, V. M. D., Nielson, C. D., Duque, A. P. O., & Alves, F. J. D. S. (2019). Conteúdo contábil no CFC e ENADE. *Revista Mineira de Contabilidade*, 20(3), 20–33. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2019v20n3t02>
- Panucci-Filho, L. (2011). Perspectivas profissionais em contabilidade. *Ciências Sociais em Perspectiva*, 10(19), 113–131.
- Paula, W. M. de, & Bezerra Filho, J. E. (2024). Dificuldades na profissão do contador público. *Administração Pública e Gestão Social*, 16(1), 1–20. <https://doi.org/10.21118/apgs.v16i1.15068>
- Pedrosa, A. C., Souza, J. D. O., & Paiva, P. S. S. (2024). O papel ético do contador no setor público. *Revista Foco*, 17(7), 1–16. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n7-048>

- Rodrigues, B. C. de O., & Miranda, G. J. (2013). Concursos para contador. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/128>
- Santos, E. A. dos, & Almeida, L. B. de. (2018). Carreira em contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(76), 114–128. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201804890>
- Santos, E. A. dos, Moura, I. V., & Almeida, L. B. de. (2018). Intenção de carreira em contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 12(1). <https://doi.org/10.17524/repec.v12i1.1635>
- Scriven, M. (1966). *The methodology of evaluation*. Social Science Education Consortium. <https://eric.ed.gov/?id=ED014001>
- SEMA/AM. (2025). *Edital nº 1 – SEMA/AM, de 18 de dezembro de 2025*. <https://www.sema.am.gov.br>
- Silva, J. V. F. da, Matos, E. B. S. de, & Figueiredo, L. M. (2024). Conteúdos programáticos em concursos. *ConTexto – Contabilidade em Texto*, 24(59), 40–63.
- Silva Júnior, A. da. (2001). Perfil do contador público. *Revista Economia & Gestão*, 1(2), 69–84.
- Silva, L. C., & Pelegrini, C. V. (2025). Controle de qualidade de avaliações. *Examen*, 6, 60–79.
- Silva, M. F. C., Rodrigues, L. da S. M., & Oliveira, C. C. de. (2019). Transparência na contabilidade pública. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 236, 36–45. <https://doi.org/10.17648/rbc-vol2n236-1837>
- Souza, F. J. V. de, Silva, M. C. da, & Araújo, A. O. (2013). Produção científica em contabilidade governamental. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 7(2), 22–37. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v7i2.6268>
- Vega, R. O. M., Goularte, J. L. L., Costa, C. F. D., Behr, A., & Ramos, T. J. F. (2015). Nova contabilidade aplicada ao setor público. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 2(2), 33–50. <https://doi.org/10.26694/2358.1735.2015.v2ed21659>

## CONFLITO DE INTERESSES

Os autores afirmam não haver conflito de interesses.

## DISPONIBILIDADE DOS DADOS

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Funções	1º autor	2º autor	3º autor
Conceituação	♦	♦	
Curadoria de dados	♦	♦	
Análise Formal	♦		
Obtenção de financiamento			
Investigação	♦	♦	♦
Metodologia	♦	♦	♦
Administração do projeto		♦	
Recursos	♦		
Software	♦		
Supervisão		♦	♦
Validação		♦	♦
Visualização	♦		
Escrita – primeira redação	♦		
Escrita – revisão e edição		♦	♦